

COMUNIDADES CAMPONESAS NO NORDESTE PARAENSE: O CASO DE SÃO JUDAS E CRAVO

PEASANT COMMUNITIES FROM NORTHEAST OF PARÁ: THE CASE OF SÃO JUDAS AND CRAVO

Rafael Benevides de Sousa

Geógrafo. Especialista em Educação Ambiental e Uso Sustentável dos Recursos Naturais (UFPA).

Cátia Oliveira Macedo

Geógrafa. Doutora em Geografia (Geografia Humana - USP). Professora da Universidade Estadual do Pará (UEPA).

RESUMO: As comunidades rurais dos municípios de Bujaru e Concórdia do Pará emergem vinculadas às atividades ligadas aos rios e aos igarapés que margeiam a Zona Guajarina, (nordeste paraense) ainda no século XVIII. Deriva daí as relações sociais com base no trabalho familiar que originaram as comunidades camponesas de São Judas e da Vila do Cravo, objeto de estudo deste artigo. Neste trabalho discutiremos a formação territorial destas comunidades, buscando compreender os elementos que propiciaram a territorialização camponesa e a construção desses territórios. Através do trabalho de campo realizado nestas comunidades pudemos adentrar no universo desses camponeses, e a partir dele traçar considerações preliminares acerca do campesinato amazônico e em particular acerca da territorialidade e do território em construção nestas comunidades.

Palavras-chave: campesinato; comunidade camponesa de São Judas; comunidade camponesa de Vila do Cravo; territorialidade.

ABSTRACT: *The rural communities of the city Bujaru and Concórdia do Pará appeared linked to activities related to rivers and rivulets that surround the Guajarina Zone (Pará's northeast), yet in the 18th century. From this point, social relations based on family labor gave birth to the peasant communities of São Judas and Vila do Cravo, focused spot in this article. Here, we manage to discuss the territorial grounding of these communities, seeking to understand the factor that enhanced the peasant territorialization and the building of these territories. Throughout the fieldwork in these communities we were able to come in these peasants' universe and from it, sketch preliminary considerations on the Amazonian peasantry and, in particular, regarding the territoriality and the territory in composition in these communities.*

Keywords: *peasantry; peasant communities of São Judas and Vila do Cravo; territoriality.*

INTRODUÇÃO

A formação do campesinato na Amazônia tem início no século XVIII, orientado pelo estabelecimento de propriedades rurais nas margens dos rios e igarapés próximos à foz do rio Amazonas, e nas proximidades da cidade de Belém. Nesse contexto, nasceram e se desenvolveram engenhos e povoados, que posteriormente deram lugar aos atuais municípios e comunidades rurais no nordeste paraense (consideramos o nordeste paraense dividido em três zonas: Bragantina, Salgado e Guajarina).

As comunidades rurais dos municípios de Bujaru e Concórdia do Pará emergem, neste momento, vinculadas às atividades ligadas aos rios e aos igarapés que margeiam a Zona Guajarina. Deriva daí as relações sociais com base na agricultura camponesa que

originaram as comunidades de São Judas e do Cravo, objeto de estudo desta pesquisa. Neste trabalho, abordaremos a formação territorial destas comunidades, buscando compreender os elementos que propiciaram a territorialização camponesa e a construção desses territórios.

As comunidades aqui tratadas apresentam-se como territórios que têm por base a formação de grupos sociais com objetivos de vida em comum; porém, diverso. Assim, destacaremos um campesinato que tem se desenvolvido de diferentes formas, mas que se identifica com a mesma forma de vida, na qual “a comunidade camponesa é o universo social, econômico, político e cultural que expressa e funda o modo de ser do camponês” (IANNI, 2009, p. 143). Em meio ao sentimento de “pertencimento” à comunidade se dá a reprodução do campesinato, no mesmo passo em que se estrutura e se consolida este território no espaço rural.

As primeiras questões apresentadas neste artigo surgiram das indagações suscitadas num trabalho de campo realizado em setembro de 2010 e que tinha como objetivo entrar em contato com o modo de vida das comunidades rurais nessa parte da Amazônia. No mês de outubro realizamos mais duas visitas às comunidades, quando tivemos a oportunidade de conversar com os moradores, entrevistá-los (entrevistas gravadas), enfim, adentramos no seu cotidiano. Assim, apresentamos aqui considerações preliminares que nos permitirá construir um pequeno ensaio acerca da territorialidade nestas comunidades camponesas.

O NORDESTE PARAENSE ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XX

A organização sócio-espacial da Amazônia até o início do século XX esteve basicamente ligada à dinâmica do uso dos rios. Nesse contexto, nasceram e se desenvolveram diversas cidades e vilas rurais diretamente voltadas para os rios e igarapés, que apresentaram uma relação direta com o surgimento do campesinato amazônico.

No período pombalino foi introduzido na Amazônia um modelo de desenvolvimento que lançaria as bases das transformações que esta região viveria a partir de então. Entre as medidas postas em práticas está a concessão de “Cartas de *Dattas* de Sesmarias”, a introdução de mão-de-obra escrava, o estímulo à produção agrícola, entre outras. Vislumbra-se, a partir deste momento, o embrião de uma produção agrícola que, de certa forma, estabeleceria o processo de ocupação no espaço amazônico (GONÇALVES, 2008).

Castro (2006) destaca que o processo de ocupação das terras às margens dos rios originou uma agricultura camponesa na Amazônia, com uma produção diversificada, que se orientava tanto para a sustentação familiar, como para o mercado de Belém.

Assim, o surgimento do campesinato amazônico, no século XVIII, materializa-se, a partir da complexa expansão e ocupação da região, por meio da incorporação da agricultura comercial e agricultura familiar desenvolvida pelos camponeses. Este processo de ocupação se deu primeiramente em terras próximas a Belém, que na época era o principal centro comercial e político da região. Destaca-se, neste cenário, a ocupação das margens e afluentes do rio Guamá, onde surgiram os engenhos e engenhocas que produziam açúcar e aguardente (MARIN, 2000).

A gradual valorização das estradas no interior do território, no nordeste paraense, mais precisamente na Zona Bragantina, a partir do século XX, com a abertura da ferrovia Belém-Bragança, favoreceu o surgimento de alguns núcleos urbanos ao longo da estrada de ferro, dando uma nova dinâmica a região.

Vale destacar que a Zona Guajarina apresenta uma colonização distinta das demais regiões do nordeste paraense, sucedendo o processo de ocupação da região Bragantina e do Salgado, tendo sua colonização datada no século XVIII (CAÑETE, 2005).

Segundo esta autora:

[...] a história da Amazônia caracterizou-se durante o século XVII, com as drogas do sertão; até o século XX, com a borracha, pela atividade extrativista. A agricultura familiar também ocupou um papel importante no cenário desse período, sobretudo nos anos que se seguiram à queda da economia gomífera. Assim, nas décadas de 1930 a 1950 a Zona Guajarina configurou-se como uma das áreas responsáveis pelo abastecimento de Belém. Arroz e farinha de mandioca representavam o excedente exportado para a capital (CAÑETE, 2005, p. 69-70).

Esta ocupação se deu principalmente por intermédio da coroa portuguesa que concedeu as “Cartas de *Dattas* de Sesmarias”, para a ocupação do território amazônico e para a implantação de projetos agrícolas.

O processo de ocupação da Zona Guajarina se caracteriza pela dinâmica “rio-várzea-floresta” apresentada por Gonçalves (2008); uma vez que, até a década de 1960, foi em torno dos rios que se organizou a vida das populações amazônicas. Assim, os grupos sociais que se formaram nesta sub-região, ainda no século XVIII, inseriram-se no processo estabelecido na Amazônia até a primeira metade do século XX, tendo no rio Guamá, e seus afluentes, a gênese das primeiras vilas que originaram atuais municípios que abrange a região.

Para Gonçalves (2008, p. 82), “ao longo das várzeas emerge um sistema, que combina o extrativismo da floresta, a pesca e a agricultura, articulado, por meio dos regatões, com as vilas e cidades”. A ocupação de Zona Guajarina seguiu essa tendência amazônica, com um sistema agro-florestal, que fomentou o comércio nesse período.

A ocupação da região Guajarina, microrregião que concentra os municípios de Bujaru e Concórdia do Pará, foi acompanhada pelo estabelecimento de médias e grandes propriedades, que propiciaram o aparecimento de fazendas e engenhos, dando início aos núcleos rurais ao longo dos rios e igarapés próximos a capital paraense. A expansão dessas propriedades impulsionou as atividades agrícolas na região, consolidando o povoamento. Assim, começou a despontar na Zona Guajarina uma rede de estruturas comerciais que ao longo dos rios e igarapés, propiciou o surgimento de uma produção agrícola e extrativista, que se movimentava em direção a Belém, concretizando a ocupação nessa parte do nordeste paraense (CASTRO, 2003).

A abertura da rodovia PA-140, na segunda metade do século XX, pôs em curso mudanças à dinâmica sócio-espacial, tanto do Cravo como de São Judas, que se evidenciaram mais nitidamente no limiar do século XX. À medida que o contato com a cidade de Belém se intensificou, verificaram-se alterações significativas na relação sociedade-natureza, particularmente com relação ao rio Bujaru (afluente do rio Guamá), que até então era utilizado como principal meio de transporte de pessoas e de mercadorias. Num primeiro momento, transfere-se para a estrada apenas o transporte de pessoas e, em menor proporção, o transporte de mercadorias (farinha de mandioca, milho, feijão de corda, frutas e outros) que permanece, até fins da década de 1980, alternando-se entre o rio e rodovia. De forma efetiva, a suplantação do transporte fluvial pelo transporte rodoviário ocorreu apenas em meados da década de 1990.

A GEOGRAFIA DAS COMUNIDADES RURAIS DE BUJARU E CONCÓRDIA DO PARÁ: O CASO DAS COMUNIDADES DE SÃO JUDAS E CRAVO

A formação territorial de Bujaru e Concórdia do Pará resultou de um fluxo partindo de Belém, subindo o rio Guamá e adentrando em seus tributários. Desenhou-se assim, no espaço, através dos inúmeros igarapés, uma rede de vilas que formaram posteriormente as atuais comunidades rurais que compõem estes municípios (CASTRO, 2006). Em Bujaru, a ocupação tem um marco inicial na freguesia de Santana, onde atualmente é possível visualizar resquícios desse período, como é o caso da igreja de Pedra, com idade de 300 anos. Além da igreja, existem outros objetos espaciais, como a vila e os descendentes das famílias que se formaram ainda nesse período.

O processo de formação territorial do município de Bujaru e do município de Concórdia do Pará, desmembrado do primeiro em 1988, acompanhou a Zona Guajarina. Remete-se, este processo, ao século XVIII, por intermédio dos projetos de ocupação do território amazônico, através das “Cartas de *Dattas* de Sesmarias” cedidas para a prática de produção agrícola. Segundo Castro (2003, p. 74), “a concessão de sesmarias as famílias nas terras do rio Bujaru e de seus igarapés constitui uma prova relevante da ocupação colonial dessas áreas”. Assim, fica evidente que o processo de ocupação deste município é bastante antigo, tendo como ponto de partida a dinâmica dos rios e igarapés existentes na região.

Castro (2006) observa que ocorreu em Bujaru uma ocupação fora das Cartas de Sesmarias; ou seja, houve um número de ocupação superior às que foram concedidas pela coroa portuguesa. Isso evidencia a existência de outros grupos sociais, como a presença de quilombos, indígenas e sitiantes (posseiros) no processo de ocupação do município, tal qual assinala:

[...] Provavelmente a maior parte das terras de Bujaru foi ocupada por outros mecanismos, como o apossamento primário, incluindo aí grande e médios proprietários, pequenos sesmeiros, sitiantes sem terras, quilombolas e índios destribalizados (CASTRO, 2006, p. 139-140).

Em outro trecho, o mesmo autor comenta que:

[...] As notícias históricas encontradas e os informes oriundos da história oral refere-se a três engenhos localizados no rio Bujaru ou nas suas proximidades: o Engenho de Bom Intento, o dos Carmelitas Calçados e um terceiro localizado às margens do igarapé Cravo, justamente onde se encontra a comunidade de São Judas, referido na atualidade, pelos moradores do lugar, como o Engenho de São Judas (CASTRO, 2003, p. 20).

Podemos inferir a partir de Castro (2003) que o município de Bujaru se formou, enquanto um espaço habitado, ainda no período escravista brasileiro e que ao longo do tempo foram se formando os diferentes grupos que compõem este território: fazendeiros, camponeses e quilombolas remanescentes de quilombo. Derivariam destas experiências as relações ligadas à produção de gêneros alimentícios para a sobrevivência, através da roça de mandioca, arroz, milho e plantas comestíveis em geral.

As primeiras comunidades de Bujaru, entre elas Santana e Cravo (a comunidade do Cravo, atualmente pertence ao município de Concórdia do Pará), surgiram a partir da ocupação das margens dos rios e suas cabeceiras, pelos sesmeiros que se estabeleceram na região. Constituíram-se, dessa forma, as primeiras fazendas, sítios, engenhos, e os quilombos que se formaram no município, ainda no século XVIII. Essas comunidades estabeleceram, nesse momento, o uma forte ligação com o rio Bujaru e seus afluentes, sendo o único meio de transporte nesse período.

Assim, as primeiras comunidades rurais de Bujaru e Concórdia do Pará tiveram suas gêneses nas margens do rio Bujaru. Castro (2003, p. 76), afirma que “o rio Bujaru foi tomado como marco divisor entre os municípios de Bujaru e Concórdia do Pará. O igarapé Cravo serve também de limite, em seu baixo curso, entre esses dois municípios”, tendo a freguesia de Santana (a primeira sede do município de Bujaru), o ponto inicial dessa ocupação.

Desta comunidade irradiou-se pelo território a construção de outras comunidades rurais, entre elas as comunidades de São Judas e Dona, Campo Verde e outras.

[...] A vila de Santana juntamente com o Arraial do Cravo, a primeira na margem esquerda do rio Bujaru e, o segundo, nas margens do igarapé Cravo, foram povoamentos importantes nos séculos XVIII e XIX. Dali irradiaram-se e teceram as relações de sociabilidade com outras localidades dando origem a novos povoados. Surpreendente que todos eles tenham guardado, ao longo do tempo, as relações familiares e de trocas econômicas, suas festividades e as manifestações religiosas que lhe garantiam unidade e a manutenção de um sistema de sociabilidade (CASTRO, 2006, p. 156).

A ocupação de São Judas e do Cravo se desenvolveu através do rio Bujaru e seus afluentes, principalmente às margens do igarapé Cravo (tanto a comunidade de São Judas como a do Cravo, localizam-se as margens do igarapé Cravo, em lados opostos). A construção territorial dessas comunidades está ligada a fortes relações familiares. Conforme informações verbais do senhor Manuel Sales, 83 anos, morador da vila do Cravo, todos da comunidade são “aparentados”, pertencentes ao mesmo núcleo familiar ancestral comum. Tal afirmação se reforça quando visualizamos a forte relação de vizinhança, compadrio e de parentesco, na qual os mais velhos sempre são chamados de tios.

De acordo com Castro (2006) a única forma de ser introduzido na comunidade de São Judas era através do casamento com algum integrante da comunidade. Assim, no processo de formação da comunidade, não há notícias de venda de terras para pessoas de fora, sendo a terra um bem passado de pai para filho. A partir da segunda geração, o casamento com membros de comunidades vizinhas proporcionou a introdução de pessoas de fora em São Judas, sendo que esse processo se intensificara a partir da terceira geração.

Através dos relatos, soubemos que os filhos de São Judas, ao contraírem matrimônio, fixavam suas residências às proximidades da casa do pai. Dona Cecília do Carmo, moradora de São Judas, nos relatou que, depois de casada, permaneceu morando as proximidades da casa de seu pai porque a terra de seu sogro já era escassa. Esta estratégia, que garantia terra a todos os membros da família, de certa forma contribuiu para

o surgimento das “vilas camponesas”, no formato que possuem hoje, tal qual visualizadas tanto em São Judas como no Cravo.

Essa relação, estreitada entre as famílias, tornou-se o suporte da construção da comunidade, que no caso da vila do Cravo, só passou a ser vista, como tal, a partir da década de 1970, com a chegada dos padres e irmãs católicas à localidade. Segundo a senhora Antonina Borges, coordenadora de um grupo de evangelização e vereadora pelo Partido dos Trabalhadores, antes da localidade ser vista como comunidade, as famílias se reuniam para rezar nas próprias residências. O interesse dos moradores da vila para com o evangelho se deu, mais propriamente, com a chegada dos missionários, na década de 1970, e o aprendizado teológico adquirido junto aos “grupos de evangelização” (os “grupos de evangelização” originaram-se em Bujaru, na década de 1970, com Dom Ângelo Frosi, bispo da “Prelazia de Abaeté do Tocantins”, hoje Diocese de Abaetetuba. Esses “grupos” são formados por pessoas leigas que recebem treinamento para evangelizar a população nas comunidades, sem a presença do clero, indo ao encontro das pessoas dentro das comunidades, por meio da catequese e encontros semanais).

Notadamente, a visita dos missionários católicos, a partir da década de 1970 na vila do Cravo e 1990 em São Judas, se apresenta, para os moradores dessas comunidades, como um divisor de águas. Contudo, na comunidade do Cravo, orientação religiosa e consciência política, a partir de então, caminhariam juntas.

Percebe-se que o conceito de comunidade para os moradores de São Judas e do Cravo está diretamente relacionado à presença da igreja católica na localidade. O senhor Isaias nos relatou que o nome da comunidade do Cravo é uma homenagem a “Nossa Senhora das Graças”. Da mesma forma, a comunidade de São Judas carrega o nome do santo padroeiro, santo homenageado. Estas denominações demarcam, historicamente, uma nova dinâmica religiosa nestas comunidades.

O senhor Maximiano Albernás, morador de São Judas, nos relatou que os moradores “batalharam muito para conseguirem formar a comunidade”, e que isso só foi possível com a construção da igreja. A construção da capela tornou-os autônomos, com relação às atividades religiosas, antes ligadas à Vila de Santana, e ao mesmo tempo permitiu a construção, por parte dos seus integrantes, de São Judas, o sentido de “pertencimento” a uma comunidade, e de serem reconhecidos como tal. O reconhecimento como comunidade, para os moradores, é considerado como marca de prestígio para a localidade.

Maciver & Page (1973) nos apresentam outra concepção de comunidade, diferente da visão de comunidade sob a ótica religiosa.

[...] Onde quer que os membros de qualquer grupo, pequeno ou grande, vivam juntos e de modo tal que partilhem, não deste ou daquele interesse, mas das condições básicas de uma vida em comum, chamamos a esse grupo comunidade (MACIVER & PAGE, 1973, p. 122).

Nesta concepção, o conceito de comunidade é mais abrangente, levando em consideração a formação social de um grupo na construção do próprio território. Nesse entendimento, mesmo antes da penetração de religiosos e a materialização católica nos territórios de São Judas e Cravo, já poderiam ser entendidas como comunidade.

Para Tonnies (1973, p. 97), “tudo o que é confiante, íntimo, que vive exclusivamente junto, é compreendido como vida em comunidade”. Nesta perspectiva, a formação das comunidades de São Judas e do Cravo têm sua gênese a partir do momento que os moradores se identificaram dentro de um grupo social, com o mesmo modo de vida, estabelecendo-se num mesmo ponto geográfico, e erguendo-se por meio da família, da terra, e do trabalho que, conjuntamente com o fator religioso, construíram as comunidades rurais.

[...] A comunidade doméstica ou rural é marcada por um território, um sistema de vida baseado no parentesco, na interdependência econômica e em atividades e instituições locais. Com tais definições, é possível apontar os princípios de base da comunidade camponesa do Brasil: parentesco, localidade, sentimento de “pertencimento” e reciprocidade (SABOURIN, 2009, p. 48).

A intensa relação de parentesco que foi construída ao longo do tempo, a forte religiosidade marcada pelas festas de santos e os encontros semanais, a formação dos mutirões, o valor da terra e do trabalho, e o compartilhamento dos recursos domésticos, aproximam os moradores de São Judas e do Cravo, tal qual, proposto por Sabourin.

A formação territorial de São Judas está atrelada à base familiar, a qual remete-se ao período da escravatura. Contudo, a sua materialização como comunidade ocorreu nas últimas décadas do século XX, quando tem início um calendário, mais ou menos fixo, de celebrações religiosas na comunidade.

Soubemos em entrevista de campo, que a terra que hoje pertence aos agricultores de São Judas pertencia ao senhor Raimundo Trovão, que era conhecido como senhor de escravo, dono de um engenho no período da escravatura. Segundo contam, o senhor Raimundo Trovão teria dado 50 léguas de terras para um escravo de estimação, que é justamente onde, hoje, mora a família Cruz, no povoado Sagrada Família (Sagrada Família é um povoado pertencente a São Judas, que não é visto como comunidade por não haver a presença da igreja católica e seus segmentos na localidade).

A outra parte da fazenda foi vendida ao senhor Francisco Levindo do Carmo, que é onde vive a família do Carmo. Dessa forma, percebemos na comunidade de São

Judas a existência de dois núcleos familiares principais: os Cruz e os Carmo. O primeiro garantiu a posse em um processo de doação e o segundo através da compra. A partir dessas duas famílias, desenvolveu-se a comunidade de São Judas, com base numa densa rede de parentesco, além das práticas cotidianas, sociabilidade e reciprocidade que se teceram ao longo das gerações.

[...] A estrutura familiar, como se sabe, é muitas vezes determinante no meio rural: os parentes se procuram; a família se divide, mas também se recompõe. Uma ou duas famílias fundam localidades, sítios, comunidades; algumas famílias concentram em suas mãos o prestígio, o poder, e a influência social. O papel particular do parentesco tem sido enfatizado em relação à permanência na terra. O tamanho da familiar nuclear condiciona a transmissão do patrimônio, assim como a mobilidade ou até a dispersão de seus membros (HÉBETTE & MOREIRA, 2004, p. 58).

Em Hébette & Moreira (2004), temos uma síntese perfeita dos fatores diversos para a origem de uma comunidade rural. Nesta perspectiva, a família exerce um papel fundamental para a fundação de localidades no campo, pois é através da família que ocorrerá a formação de territórios e suas peculiaridades, como é o caso de São Judas, com as famílias Cruz e do Carmo.

COMUNIDADE RURAL: O TERRITÓRIO DAS PRÁTICAS CAMPONESAS

A formação territorial de uma comunidade rural tem como elementos estruturantes a organização da vida camponesa. No caso de São Judas e do Cravo, estes elementos se apresentam por meio do trabalho familiar, das práticas de ajuda mútua, do trabalho acessório, da socialização do camponês, na propriedade da terra, na propriedade dos meios de produção, na jornada de trabalho e na reprodução simples da produção camponesa. Tais elementos, analisados por Tavares dos Santos (1984) ao estudar o sul do Brasil, são claramente evidenciados nos territórios de São Judas e do Cravo, propiciando o surgimento de uma identidade camponesa nas referidas comunidades.

Observamos nas comunidades pesquisadas que, no cotidiano das famílias, há uma relação íntima entre a casa (local de moradia) e a roça (local de trabalho). O camponês constrói a sua residência próxima das residências de outras famílias, sejam elas de parentes ou de amigos. Com isso vai sendo formada a vila rural, que com o tempo vai originando certos objetos espaciais como: a escola, a igreja, o centro comunitário, o campo de futebol, as sedes de festas, entre outros objetos que serão espaços de criação de valores coletivos dos moradores, o que compõem a vida em comunidade. Por outro lado, os locais de trabalho localizam-se distantes do local de moradia. São os retiros, espaço da produção de

farinha, e as roças, que vão se estabelecer em cada sítio como elementos individuais de cada família, e que só são socializadas por meio do empréstimo por uma família a outra.

Para Fichter (1967, *apud* SABOURIN 2009, p. 48) “Uma comunidade pode ser definida como um grupo territorial de indivíduos que mantêm relações recíprocas e utilizam recursos comuns para satisfazer projetos comuns”. Partindo dessa perspectiva, percebemos que a identificação do território como comunidade parte das relações comuns entre os moradores. Por meio da reciprocidade e da sociabilidade, constitui-se o trabalho, seja na roça, na igreja ou na escola, sendo fortes elementos na construção do território camponês.

Esta reciprocidade é vista nas relações de cooperação, por meio dos mutirões, empréstimos, compartilhamento de alimentos, entre outras relações muito comuns nas comunidades apresentadas. O senhor Maximiano Albernás nos relatou que quando a sua família ia trabalhar com a derrubada da mata, para transformá-la em roça, convidava os amigos, que com suas famílias desenvolviam o trabalho, futuramente como retribuição a sua família iria para a roça daqueles que o ajudaram. Tal relação ocorria com todas as outras famílias, tanto de São Judas como as do Cravo. Nessa ocasião, a família que estava recebendo a ajuda, oferecia aos trabalhadores, comida boa e farta.

As relações de trabalho nas comunidades apresentam-se como uma prática de reprodução social das famílias. A senhora Faustina Abreu, moradora de São Judas, nos relatou que na época dos seus avôs e de seus pais, eles compravam pouco, quase tudo que consumiam era tirado da roça. Observamos que, atualmente, nesta comunidade os moradores continuam produzindo grande parte do que consomem, por meio do trabalho na terra. Já na Comunidade do Cravo observamos um maior consumo de produtos manufaturados e industrializados. Observamos também que em São Judas há um único comércio, e que grande parte dos produtos, não produzidos pelas famílias, são comprados na sede do município (Bujaru), diferente da comunidade do Cravo, onde há uma maior concentração e variedade de produtos industrializados, distribuídos nos seis comércios existentes na vila. Além disso, esta comunidade, pela facilidade de acesso rodoviário, conta com um comércio temporário intenso e diversificado.

Nos comércios do Cravo, há uma variedade grande de produtos (que varia desde frango congelado, água mineral, fralda descartável, remédios, bebidas alcoólicas e outros) que são abastecidos semanalmente por caminhões oriundos da sede dos municípios de Concórdia e Bujaru, até mesmo da capital, Belém. Já o comércio de São Judas possui um número reduzido de produtos, levando muito dos moradores desta comunidade aos comércios existentes na Vila do Cravo.

Entendemos, neste trabalho que a territorialização camponesa dentro da comunidade rural é visualizada mediante as atividades tecidas no cotidiano, passando pelas relações produtivas, de vizinhança, religiosa, familiar, entre outras relações existentes.

[...] O homem, vivendo em sociedade, territorializa-se através de suas atividades cotidianas, seja no campo, seja na cidade. Ele constitui um lugar de vida. Este processo é condicionado e gera as territorialidades, que são todas as relações diárias que efetivamos estas relações (materiais, no trabalho, na igreja, nas lojas, nos bancos, na escola etc.), as territorialidades é que constituem o território de vida de cada pessoa ou grupo social num determinado espaço geográfico (SAQUET, 2006, p. 62).

Em Saquet (2006), o território é concebido como o resultado da territorialização efetivada no espaço geográfico, estabelecendo dentro dele relações que determinará a construção e identificação de distintas sociedades. Nesse caminho, percebemos que cada sociedade terá elementos distintos na construção de seus territórios, no caso da comunidade camponesa a territorialidade se dará, segundo Fabrini (2008, p. 239) através de:

[...] um conjunto de relações assentadas no território que se erguem como resistência à dominação do modo de produção capitalista. A produção para o auto-consumo, a autonomia e o controle no processo produtivo, a solidariedade, as relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros, são aspectos deste processo.

Fabrini (2008) mostra-nos que, nas comunidades estudadas, as relações de vizinhança e de parentesco são tecidas no cotidiano das pessoas, quer seja através das práticas religiosas, do trabalho comunitário, dos mutirões, tornando-se importantes elementos para a construção do território camponês.

Percebe-se tanto em São Judas como no Cravo, uma identificação muito grande dos moradores com a comunidade, levando-os, a cada geração, construir suas vidas dentro desta. Isso se evidencia quando os filhos casam e continuam morando perto dos pais, dando continuidade ao trabalho na roça, cultivando as mesmas culturas, os mesmos hábitos. Porém estas continuidades aparecem com novos arranjos que as comunidades sofreram com a chegada da energia elétrica, da água encanada, do ramal, que oferece uma vida, supostamente, mais confortável. E no contexto do surgimento dessas novas relações sociais, que emergem novas territorialidades, que se confronta com velhas práticas de vida.

A comunidade de São Judas apresenta crescimento demográfico, com um número considerável de crianças e jovens. Grande parte dos jovens, de 15 a 20 anos (a terceira e quarta geração da comunidade), continua morando, mesmo quando casados, às proximidades da casa dos pais e dando continuidade ao trabalho na roça. Por outro lado, na comunidade do Cravo, segundo o senhor Isaias, os mais jovens não estão mais se identificando com o trabalho na roça.

Nesta perspectiva, observamos na comunidade do Cravo outras relações de trabalho, como o comércio e as festas profanas, que têm se mostrado como um atrativo de pessoas para a comunidade, o que tem criado um tímido “desenvolvimento” econômico. Percebem-se, atualmente, nestas comunidades, velhas e novas relações sociais que coexistem e por vezes conflitam, externalizando o processo dinâmico de reordenação do território e das práticas camponesas que orientam o modo de vida. Conforme Marques (2004, p. 145):

[...] Entende-se o modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, construído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade.

Apreendemos em Marques (2004), que a comunidade é um elo central no território camponês, tornando-se a unidade gerenciadora das relações que compõe a vida camponesa. Contudo, não podemos perder de vista a existência de associações e dissensões no computo das relações sociais nas comunidades, e suas interferências na construção desse território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunidade rural tem se mostrado como um receptáculo de famílias, que tem como característica o modo de vida camponês. Entende-se que as comunidades têm se desenvolvido com base nas atividades tecidas no cotidiano, com alicerces na estreita relação familiar e de vizinhança, e através de elementos materiais e imateriais comuns aos moradores.

A construção dos territórios de São Judas e Cravo se deu pela dinâmica ribeirinha e através da estrutura familiar. Assim, nessas comunidades, as famílias se territorializaram, constituindo um território camponês, que é personificado através das relações que formaram uma organização com base no “pertencimento” ao lugar e na reciprocidade entre os moradores.

REFERÊNCIAS

CAÑETE, V. R. **Os colonos de Nova Redenção**: estratégias de permanência e dinâmica do campo da Região Guajarina do Estado do Pará. 2005. Tese (Doutorado em Geografia) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

- CASTRO, E. **Quilombolas de Bujaru. Memória da escravidão, territorialidade e titulação da terra.** Belém: UFPA/NAEA/UNAMAZ, 2003.
- CASTRO, E. Terras de preto entre rios e igarapés. *In: Belém de Águas e Ilhas.* CASTRO, E. (Org.), Belém: CEJUP, 2006, p. 137-160.
- FABRINI, J. E. Movimentos sociais no campo e outras resistências camponesas. *In: Campesinato e territórios em disputa.* PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 239-271. (Coleção Geografia em movimento)
- GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- HÉBETTE, J.; MOREIRA, E. S. Situação social das áreas rurais Amazônicas. *In: Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.* HÉBETTE, J. (ORG.). Belém: EDUFPA, 2004, p. 44-61.
- IANNI, O. A utopia camponesa. *In: Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas.* WELCH, C. A. *et al.* (Org.). São Paulo: EDUNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- MACIVER, R. M.; PAGE, C. H. Comunidade e sociedade como nível de organização da vida social. Tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho. *In: Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação.* FERNANDES, F. (Org.) São Paulo: Nacional/EDUSP, 1973, p. 117-131.
- MARIN, R. E. A. **Camponeses, donos de engenhos e escravos na região do Acará nos séculos XVIII e XIX.** Paper do NAEA, outubro de 2000.
- MARQUES, M. I. M. O lugar do modo de vida tradicional na modernidade. *In: O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.* OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. (Org.). São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, 2004, p. 145-158.
- SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade.** Traduzido por Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SANTOS, J. V. T. **Colonos do vinho.** São Paulo: Hucitec, 1984.
- SAQUET, M. A. Campo-Territorio: considerações teórico-metodológicas. **Campo-Territorio: Revista de Geografia Agrária,** Uberlândia, v. 1. n. 1, p. 60-81, 2006.
- TONNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. Tradução de Carlos Rizzi. *In: Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação.* FERNANDES, F. (Org.). São Paulo: Nacional/EDUSP, 1973, p. 96-116.

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

SOUSA, Rafael Benevides de; MACEDO, Cátia Oliveira. Comunidades camponesas no nordeste paraense: o caso de São Judas e Cravo. **Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 115-128, maio/ago. 2011.
 URL: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia>>

EDITORES DE SEÇÃO:

Ideni Terezinha Antonello
 Edison Archela

TRAMITAÇÃO DO ARTIGO:

✓ Recebido em 08/11/2010

✓ Aceito para publicação em 20/05/2012